Superior Tribunal de Justiça
DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2340 – Brasília, disponibilização Quarta-feira, 13 de Dezembro de 2017, publicação Quinta-feira, 14 de Dezembro de 2017.

Presidência

Distribuição

Ata n. 8894 de Registro e Distribuição de Processos
do dia 06 de dezembro de 2017.

Foram distribuídos automaticamente nesta data, pelo sistema de processamento de dados, os seguintes feitos:

(1)

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 1149 - MG (2017/0313592-8)

REQUERENTE : PEDRO JOSE SALOMAO NETO - INTERDITO
 REPR. POR : PATRICIA REZENDE SALOMÃO AVELAR - CURADOR
 REQUERENTE : PATRICIA REZENDE SALOMÃO AVELAR
 ADVOGADOS : ERICK NILSON SOUTO - MG098084
 RITA DE CÁSSIA COSTA SOUTO - MG079187
 REQUERIDO : SANDRA SALLETE DA SILVA
 RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA - TERCEIRA TURMA
 Redistribuição automática em 06/12/2017 às 15:30
 CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(2)

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 1170 - RJ (2017/0321075-2)

REQUERENTE : EDUARDO BANDEIRA BARBOZA
 ADVOGADO : ANA LOURDES DE MELLO FIGUEIREDO - RJ084339
 REQUERIDO : DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS DA MARINHA DO BRASIL E
 OUTRO
 RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - PRIMEIRA TURMA
 Distribuição automática em 06/12/2017 às 11:00
 CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(3)

HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA Nº 1198 - JP (2017/0320629-7)

REQUERENTE : K M G S
 ADVOGADOS : IAGUI ANTÔNIO BERNARDES BASTOS - SP138071
 ERIKA RAISSA LOIOLA DE OLIVEIRA - SP347302
 REQUERIDO : H N
 RELATORA : MINISTRA PRESIDENTE DO STJ
 Processo registrado em 06/12/2017 às 11:30

Superior Tribunal de Justiça
DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2340 – Brasília, disponibilização Quarta-feira, 13 de Dezembro de 2017, publicação Quinta-feira, 14 de Dezembro de 2017.

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

Publicações da ENFAM

RESOLUÇÃO ENFAM N. 7 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre as diretrizes pedagógicas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados.

A DIRETORA-GERAL DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS MINISTRO SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA – ENFAM, usando da atribuição conferida pelo art. 22, inciso VIII, do Regimento Interno, considerando o art. 2º, incisos I, VII, XI e XII do mesmo regimento, o que consta do Processo SEI n.15.636/2015 e o decidido pelo Conselho Superior da Enfam na reunião de 27 de novembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º As diretrizes pedagógicas para o ensino profissional de magistrados, no âmbito da Enfam e das escolas judiciais e de magistratura, ficam aprovadas na forma do Anexo *.

Parágrafo único. Compõem o Anexo os seguintes documentos:

- I - Diretrizes Pedagógicas da Enfam (texto principal);
- II – Apêndice A: Apresentação sistematizada das diretrizes pedagógicas;
- III – Apêndice B: Diretrizes Pedagógicas: concepções e práticas avaliativas.

Art. 2º As diretrizes pedagógicas devem ser observadas no planejamento, na implementação, no acompanhamento e na avaliação das ações educacionais de formação e aperfeiçoamento de magistrados.

Art. 3º Os planejamentos estratégico e orçamentário da Enfam devem estar alinhados de forma a garantir a execução das diretrizes pedagógicas.

Art. 4º Fica revogada a Resolução Enfam n. 11 de 7 de abril de 2015.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

Superior Tribunal de Justiça
DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2340 – Brasília, disponibilização Quarta-feira, 13 de Dezembro de 2017, publicação Quinta-feira, 14 de Dezembro de 2017.

(*) O Anexo será publicado no Boletim de Serviço do STJ.

RESOLUÇÃO ENFAM N. 8 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre o Plano Estratégico da Enfam para o período de 2014-2020.

A DIRETORA-GERAL DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS MINISTRO SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA – ENFAM, usando da atribuição conferida pelo art. 22, inciso VIII do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo STJ n. 32.198/2015 e a decisão do Conselho Superior da Enfam na reunião de 27 de novembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º O Plano Estratégico da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira – Enfam para o período de 2014-2020 fica aprovado na forma do Anexo*.

Art. 2º O planejamento estratégico da Enfam poderá sofrer revisões periódicas para fins de atualização e aperfeiçoamento.

§ 1º As revisões que modificarem a missão, a visão e os objetivos devem ser aprovadas pelo Conselho Superior da Enfam.

§ 2º As revisões que modificarem os indicadores e as metas devem ser aprovadas pelo Diretor-Geral.

Art. 3º A proposta de novo plano estratégico deve ser apresentada ao Diretor-Geral até o mês de setembro de 2020 e submetida à análise do Conselho Superior até a última reunião do mesmo exercício.

Art. 4º Cabe ao Secretário-Geral a gestão da execução do Plano Estratégico em vigor, mantendo o Diretor-Geral informado sobre o desempenho da Escola.

§ 1º O Secretário-Geral designará os gestores dos indicadores, programas e projetos estratégicos por meio de portaria.

§ 2º Cabe aos gestores designados atualizar periodicamente as informações e mensurações sobre indicadores, metas, programas e projetos, observando os critérios, os prazos e as condições definidos pela Secretaria-Geral.

§ 3º O Secretário-Geral decidirá sobre a inclusão ou exclusão de programas e projetos